

**MIGRAÇÃO E JUVENTUDE EM FOZ DO IGUAÇU: REFLEXÕES A PARTIR DE
UMA INVESTIGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

NAINE SOARES CANOLA



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS NA AMÉRICA LATINA**

**MIGRAÇÃO E JUVENTUDE EM FOZ DO IGUAÇU: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA
INVESTIGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

NAINE SOARES CANOLA

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos na América Latina

Orientadora: Juliana Franzi

Foz do Iguaçu
2026

NAINE SOARES CANOLA

**MIGRAÇÃO E JUVENTUDE EM FOZ DO IGUAÇU: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA
INVESTIGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a conclusão do curso de Especialização em Direitos Humanos na América Latina

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Doutora Juliana Franzi
UNILA

Profa. Doutora Juliana Fatima Serraglio Pasini
UFRGS

Prof. Especialista Lito Ribeiro
UNILA

Foz do Iguaçu, 28 de janeiro de 2026.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do/a autor/a: _____

Curso: Especialização em Direitos Humanos na América Latina

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____ / ____ / ____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho à juventude migrante de Foz do Iguaçu, que enfrenta fronteiras visíveis e invisíveis com determinação e resiliência.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade que sempre demonstrou. Sua sensibilidade, compromisso acadêmico e disponibilidade em cada etapa desta pesquisa foram fundamentais para que eu pudesse avançar com segurança e confiança.

Aos professores do curso, quero registrar minha profunda gratidão pela dedicação, pelo rigor intelectual e pela generosidade com que compartilharam seus conhecimentos. Cada disciplina, debate e orientação contribui de maneira decisiva para o amadurecimento deste trabalho e para a ampliação do meu olhar sobre os Direitos Humanos na América Latina.

Aos colegas de curso, pela parceria intelectual, pelo diálogo comprometido e pela partilha de experiências que ampliaram minha compreensão crítica sobre os desafios contemporâneos da região. Este estudo, representa não apenas um esforço acadêmico individual, mas também a soma de afetos, aprendizagens e resistências construídas coletivamente.

Agradeço meus pais, que construíram os alicerces que sustentam minha formação pessoal e acadêmica. Pelo amor, pelo apoio e pela confiança em cada etapa da minha caminhada, dedico a vocês este trabalho, fruto de tudo que aprendi com seu exemplo e dedicação.

Ao meu esposo, minha gratidão pelo apoio incondicional e pelo incentivo ao longo da especialização. Mesmo em outra cidade, manteve-se presente, ouvindo minhas reflexões sobre os estudos e me trazendo a calma nos dias difíceis, quando eu duvidava de mim mesma.

Agradeço minhas amigas, Débora Canola (irmã), Jeane Sobrinho, Bárbara Ruana e Michele Lasta em especial, que contribuíram com palavras de afeto, incentivo e sol nos dias cinzas. Sou grata por cada palavra, por terem me acompanhado a cada passo desse processo de crescimento que ultrapassa as páginas em branco deste trabalho.

“A inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as desigualdades”.
(Paulo Freire)

RESUMO

Por meio de pesquisa bibliográfica, este trabalho tem como objetivo analisar a juventude migrante na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. A pesquisa parte de dados que apontam o aumento da migração internacional da região de tríplice fronteira, caracterizada por intensos fluxos de pessoas, especialmente provenientes de países latino-americanos, e discute como pensar a juventude e educação de jovens migrantes nesse contexto. A abordagem bibliográfica, fundamentada em autores da sociologia, psicologia e estudos migratórios, busca identificar, de forma teórica, os principais impactos da migração na vida desses jovens e como esse processo afeta suas trajetórias sociais, educacionais e culturais. O estudo considera a juventude como uma construção social e enfatiza a importância de políticas públicas intersetoriais que promovam acolhida, acesso à educação e suporte adequado a essa população. A análise da literatura revela lacunas na formulação de políticas específicas para juventude migrante, reforçando a relevância do debate sobre suas condições de vida em um contexto de vulnerabilidade como o de Foz do Iguaçu.

Palavras-chave: Juventude migrante; educação; fronteira; Foz do Iguaçu.

RESUMEN

Por medio de una investigación bibliográfica, este trabajo tiene como objetivo analizar la juventud migrante en la ciudad de Foz do Iguazú, en el estado de Paraná. La investigación parte de datos que señalan el aumento de la migración internacional en la región de la triple frontera, caracterizada por intensos flujos de personas, especialmente provenientes de países latinoamericanos, y discute cómo pensar la juventud y la educación de jóvenes migrantes en este contexto. El enfoque bibliográfico, fundamentado en autores de la sociología, la psicología y los estudios migratorios, busca identificar, de forma teórica, los principales impactos de la migración en la vida de estos jóvenes y cómo este proceso afecta sus trayectorias sociales, educativas y culturales. El estudio considera la juventud como una construcción social y enfatiza la importancia de políticas públicas intersectoriales que promuevan la acogida, el acceso a la educación y un apoyo adecuado a esta población. El análisis de la literatura revela lagunas en la formulación de políticas específicas para la juventud migrante, reforzando la relevancia del debate sobre sus condiciones de vida en un contexto de vulnerabilidad como el de Foz do Iguazú.

Palabras clave: Juventud migrante; educación; frontera; Foz de Iguazú.

ABSTRACT

Through bibliographic research, this study aims to analyze migrant youth in the city of Iguazu Falls, in the state of Paraná. The research is based on data indicating an increase in international migration in the tri-border region, characterized by intense flows of people, especially from Latin American countries, and discusses how to think about youth and the education of migrant young people in this context. The bibliographic approach, grounded in authors from sociology, psychology, and migration studies, seeks to theoretically identify the main impacts of migration on the lives of these young people and how this process affects their social, educational, and cultural trajectories. The study considers youth as a social construct and emphasizes the importance of intersectoral public policies that promote reception, access to education, and adequate support for this population. The literature review reveals gaps in the formulation of specific policies for migrant youth, reinforcing the relevance of discussing their living conditions in a context of vulnerability such as that of Iguazu Falls.

Keywords: Young migrants; education; border; Iguazu Falls.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
1. DISTINÇÕES ENTRE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE.....	12
2. METODOLOGIA.....	13
3. JOVENS MIGRANTES E PROCESSOS EDUCACIONAIS.....	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	

INTRODUÇÃO

Como é ser jovem migrante? Essa pergunta orienta uma reflexão mais ampla sobre os impactos da migração em diferentes fases da vida. Atualmente, a migração de pessoas oriundas de outros países latino-americanos para o Brasil tem aumentado, impulsionada por diversos fatores, especialmente econômicos e políticos. Entre 2015 e 2024, o Brasil recebeu 454.165 solicitações de refúgio, o que representa 95% de todas as solicitações já registradas no país até o final de 2024 (OBMigra, 2025). Na cidade de Foz do Iguaçu, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai esse aumento também tem sido expressivo. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (2022), 16.954 migrantes internacionais foram registrados como residentes no município entre janeiro de 2000 e março de 2022. Em 2024, o Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra, 2025) registrou 475 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado na cidade.

Diante desse cenário, torna-se relevante identificar o grupo que compõe parte significativa dessa população, para isso, exemplifica-se duas faixas etárias, dando ênfase na segunda, que será discutida ao longo do texto. A primeira, a faixa etária de 10 a 19 anos corresponde ao período reconhecido legalmente como adolescência, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). A segunda, juventude, compreendida oficialmente como o grupo etário entre 15 e 29 anos segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), constitui o foco central deste estudo, abrangendo tanto a adolescência tardia quanto a transição para a vida adulta. Isso significa que os últimos anos de adolescência se misturam com os primeiros anos da juventude. Essa delimitação é estratégica, porque permite compreender como os efeitos da migração incidem sobre um período marcado por intensas transformações pessoais, sociais e identitárias.

A compreensão da juventude como uma categoria social tem sido amplamente explorada pelos estudos geracionais, que apontam as mudanças constantes nos modos de ser jovem em diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Assim, a juventude não deve ser entendida apenas como uma etapa biológica da vida, mas como uma construção social atravessada por marcadores como classe, território, gênero, etnia e, neste caso, mobilidade internacional (Santos, 2021). Autores como Debert (2010) apontam que, contemporaneamente, a juventude passou a ser concebida como um valor simbólico, influenciando a maneira como os jovens constroem identidades, expectativas e estratégias de inserção social em contextos migratórios.

É a partir dessa perspectiva que este trabalho se propõe, fundamentalmente em pesquisa bibliográfica, busca investigar como jovens migrantes em Foz do Iguaçu enfrentam desafios decorrentes do deslocamento, da adaptação cultural e das condições socioeconômicas de uma região de tríplice fronteira. Consideram-se aspectos como vulnerabilidade social, acesso à educação e à saúde, barreiras linguísticas e a presença ou ausência de redes de apoio familiares e comunitárias, componentes essenciais para compreender a experiência juvenil migrante.

O estudo também ressalta a necessidade de políticas públicas que promovam o acolhimento e o fortalecimento psicossocial dessa população. Desse modo, a pesquisa não apenas descreve a realidade desses jovens, mas contribui para o debate sobre inclusão social, direitos humanos e equidade em contextos migratórios. Nesse sentido, evidencia-se, portanto, a necessidade de uma educação inclusiva, “[...] capaz de inspirar práticas pedagógicas que assegurem o direito à diferença” (Mantoan; Lima, 2017, p. 824).

Assim, o objetivo da pesquisa é investigar e analisar o tema da juventude migrante, amparando-se, para tanto, em uma pesquisa bibliográfica, a fim de oferecer subsídios teóricos que possam orientar políticas públicas, intervenções sociais e futuras pesquisas sobre juventude migrante em contextos de fronteira.

1. Distinções entre Adolescência e Juventude

A diferença entre os conceitos de adolescência e juventude está relacionada às abordagens utilizadas em diferentes áreas do conhecimento. Enquanto a psicologia tende a destacar aspectos biológicos e universais da adolescência, como o desenvolvimento das capacidades reprodutivas, o conceito de juventude é mais frequentemente associado a fatores sociais e culturais, sendo compreendido como uma construção histórica e contextual (Franzi; Araújo, 2017). A distinção entre adolescência e juventude constitui um elemento fundamental para compreender os diferentes processos que envolvem o desenvolvimento humano. Autores da psicologia, como Erik Erikson (1976) descreve perspectivas psicossociais clássicas, descrevendo a adolescência como o estágio crítico da formação da identidade, reforçando a ideia de que essa fase é central para o desenvolvimento psicossocial.

No que se refere à faixa etária da juventude, o conceito é analisado a partir de dimensões sociológicas, políticas e culturais, ou seja, não se restringe apenas à idade

cronológica. A literatura acadêmica discute amplamente essa etapa, pois não há consenso sobre o momento em que a juventude termina. Diferente da adolescência, a juventude envolve processos de inserção social, mobilidade ocupacional, participação política e construção de projeto de vida, aspectos que transcendem as fronteiras da idade cronológica. Embora existam documentos legais que ofereçam parâmetros etários, esses limites variam conforme contextos culturais e sociais, que são complexos e mutáveis.

De acordo com Abramo e Dávila León (2025), adolescência e juventude não são categorias naturais ou universais, são construções sociais, históricas, culturais e relacionais que mudam conforme o contexto. Esse entendimento corrobora com a perspectiva de Bourdieu (2000), segundo a qual *“la juventud y la vezez no están dadas, sino que se construyen socialmente en la lucha entre jóvenes y viejos”* (apud Abramo & Davila León, 2005, p.164).

Nesse sentido, a historiografia e a sociologia contemporâneas, compreendem juventude e adolescência como momentos da vida cujos significados variam de acordo com os processos históricos e sociais. Essa perspectiva sociocultural é reforçada por autores como Áries (1981), que demonstra que as representações sobre juventude variam historicamente. Na contemporaneidade, diversos autores apontam que a juventude se tornou um valor simbólico, fazendo com que muitas pessoas busquem manter características associadas ao ser jovem, mesmo com o avançar da idade (Debert, 2010). Esse fenômeno revela que a juventude não é apenas uma fase da vida, mas uma categoria social que influencia comportamentos, expectativas e modos de vida em diferentes contextos culturais, econômicos e históricos.

Essa compreensão é também discutida por Franzi e Araújo (2017), que argumentam que a juventude deve ser analisada a partir das práticas sociais, da participação nos espaços públicos e das diferentes condições de vida que moldam as experiências juvenis. Desse modo a juventude não pode ser entendida como um período uniforme, mas como uma construção que varia conforme desigualdades sociais, trajetórias escolares, possibilidades de trabalho e pertencimento cultural.

Compreender essas distinções entre adolescência e juventude é fundamental para a formulação de políticas públicas, ações educativas e estratégias de cuidado em saúde voltada às complexidades desses grupos. Além dessas distinções conceituais, é importante considerar como adolescência e juventude são travessas de maneiras distintas pelos processos migratórios. A adolescência, por ser uma fase marcada pela construção da identidade e pela reorganização emocional, tende a ser mais sensível às rupturas

produzidas pela migração, como a mudança de idioma, a perda de vínculos afetivos e a necessidade de adaptação a novas normas culturais e escolares. Esse período envolver uma combinação entre busca de pertencimento e necessidade de reconhecimento, aspectos que podem ser intensificados quando o deslocamento ocorre em contextos de vulnerabilidade, como aponta Erikson (1976)

Já a juventude, entendida como fase ampliada e socialmente construída, abarca desafios adicionais relacionados à inserção social, educacional e laboral. Jovens migrantes frequentemente vivenciam tensões entre assumir responsabilidades adultas, como trabalhar, contribuir com a renda familiar ou assumir cuidados e, ao mesmo tempo, enfrentar obstáculos à continuidade dos estudos e à construção de um projeto de vida. Essa condição entre dependência e autonomia, é destacada por Abramo e Dávila León (2025) ao analisar a juventude como uma categoria marcada por desigualdades estruturais, especialmente para aqueles inseridos em territórios ou fronteiriços.

Considerar essas diferenças não é apenas um exercício conceitual, mas uma exigência analítica fundamental para compreender a realidade das juventudes migrantes em Foz do Iguaçu. Em regiões de fronteira, onde a circulação de pessoas é frequente e as identidades se tornam ainda mais complexas. A escola, por exemplo, impacta de forma distinta cada faixa etária, adolescentes dependem mais de mediação institucional para adaptação, enquanto jovens enfrentam pressão relacionadas ao trabalho, documentação e transição para vida adulta. Desse modo, distinguir essas categorias permite delinear com maior precisão as demandas específicas de cada grupo e orientar políticas públicas e práticas educacionais adequadas às realidades que vivenciam.

2. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio da revisão de literatura especializada nas áreas de sociologia, psicologia, educação, estudos migratórios e direitos humanos. Para embasar a discussão teórica, foram analisados livros, artigos científicos e documentos institucionais que tratam de juventude, adolescência, processos migratórios e dinâmicas socioculturais em regiões de fronteira. Esse levantamento contemplou obras que discutem a construção social da juventude e da adolescência, produções que abordam a relação entre migração, educação

e inclusão escolar de jovens migrantes no Brasil, bem como documentos e estudos específicos sobre a realidade de Foz do Iguaçu.

Além das referências bibliográficas, buscou-se acesso a dados institucionais atualizados sobre o município. Para isso, foi feita consulta a relatórios e sistemas oficiais, como o Perfil Migratório Municipal da Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Plataforma DataMigra e o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), além de materiais utilizados na Especialização em Direitos Humanos na América Latina (UNILA), que contribuíram para a compreensão do contexto local, marcado pela diversidade e pela mobilidade transfronteiriça. Também foi realizado contato direto com a Polícia Federal, instituição responsável pelo controle migratório no Brasil, na tentativa de obter dados complementares sobre registros e fluxos migratórios em Foz do Iguaçu. Contudo, apesar das tentativas, não houve retorno ou disponibilização das informações solicitadas, o que limitou o acesso a dados oficiais mais detalhados.

A coleta de materiais teóricos foi realizada por meio de buscas nas bases SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, priorizando produções recentes e autores que discutem a articulação entre juventude, migração, políticas públicas e educação. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu construir uma reflexão fundamentada e alinhada aos debates contemporâneos sobre juventude migrante em contextos de fronteira, ainda que limitada pela ausência de resposta de órgãos oficiais.

Em virtude do tempo escasso destinado à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso na especialização, não foi possível realizar levantamento de dados em campo, nem conduzir pesquisa empírica. Assim, os dados utilizados neste estudo derivam exclusivamente de fontes bibliográficas e documentais, incluindo produções acadêmicas, relatórios institucionais e bases oficiais de informação.

A seguir, apresento os quadros das fontes divididos conforme os temas que aparecem no trabalho.

Quadro 1- Pesquisa bibliográfica utilizada no trabalho:

Eixo temático	Autores e obras consultadas	Contribuição ao trabalho
---------------	-----------------------------	--------------------------

Juventude e adolescência	Franzi & Araújo (2017); Erickson (1976); Abramo & Dávila León (2005); Bourdieu (apud Abramo & Dávila León 2005); Áries (1981) ; Debert (2010)	Esses autores fundamentaram as diferenças conceituais entre adolescência e juventude, e o entendimento da juventude como construção social e categoria geracional.
Migração (concepções gerais)	Roldão, Ferreira & Branco (2021); Berninger et al. (2018); Bartlet, Rodríguez & Oliveira (2015)	Os autores apresentaram noções sobre migração contemporânea, fluxos migratórios Sul-Sul e escolarização de migrantes no Brasil.
Migração e Educação/ Jovens Migrantes	Santos (2019); Tonhati et al. (2024); André (2016), apud Roldão et al., 2021); Paes et al. (2025) PASINI, Juliana Fatima Serraglio; SILVA, Fátima Tavares da; BONFIM, Cristiane de. (2025) PASINI, Juliana F. S. TALLEI, Jorgelina (2022)	Auxiliaram na discussão sobre integração escolar, desafios educacionais, inclusão linguística e acolhimento institucional.
Educação intercultural e Identidade	Montoan & Lima (2017); Garcia & Fernández (2018); Silva & Pereira (2020) BERGER, Ísis Ribeiro (2021) Tallei, J. I., Pasini, J. F. S. y Lobo (2023)	As leituras fundamentaram o papel da educação como espaço de inclusão, proteção e desenvolvimento identitário de jovens migrantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O Quadro 1 apresenta a pesquisa bibliográfica que fundamenta teoricamente este estudo, organizada a partir de eixos temáticos centrais. No eixo juventude e adolescência, os autores mobilizados contribuem para a compreensão das distinções conceituais entre essas categorias, bem como para o entendimento da juventude enquanto construção social e categoria geracional, aspecto fundamental para a análise das trajetórias juvenis em contextos migratórios. No eixo referente à migração, as obras selecionadas possibilitam a compreensão da migração contemporânea, com ênfase nos fluxos migratórios Sul–Sul e nos processos de escolarização de migrantes no Brasil. Já os estudos que articulam migração e educação, especialmente aqueles voltados aos jovens migrantes, subsidiam a discussão sobre os desafios da integração escolar, da inclusão linguística e das práticas institucionais de acolhimento. Por fim, o eixo educação intercultural e identidade sustenta a análise da escola como espaço de inclusão, proteção social e desenvolvimento identitário de jovens migrantes, especialmente em contextos de diversidade cultural.

Na sequência, o Quadro 2 apresenta as bases de dados e sistemas consultados para a realização da pesquisa, explicitando as estratégias de levantamento bibliográfico e documental adotadas. Essas bases permitiram tanto o acesso à produção acadêmica nacional e internacional quanto à consulta de dados oficiais sobre migração e refúgio no Brasil e no município de Foz do Iguaçu, assegurando a articulação entre referencial teórico e dados empíricos.

Quadro 2. Bases de dados consultadas:

Base e sistema	Como foi utilizada
SciELO	Levantamento de artigos sobre educação, migração, sociologia e juventude.
Google Acadêmico	Busca ampla de autores clássicos e contemporâneos sobre juventude e mobilidade humana.
Portal de Periódicos CAPES	Acesso a artigo sobre interculturalidade, políticas educacionais e estudos de fronteira.

Plataforma DataMigra (MJP)	Consulta de dados oficiais sobre solicitações de refugiados e registros migratórios no Brasil e em Foz do Iguaçu.
SISMIGRA – Sistema de registro nacional migratórios	Dados sobre solicitações de reconhecimento da condição de refugiados na cidade.
OMI- perfil migratório municipal	Principais referências sobre migração no município de Foz do Iguaçu.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

O Quadro 3 sistematiza as fontes específicas sobre o contexto local de Foz do Iguaçu, reunindo documentos oficiais, bancos de dados estatais e materiais acadêmicos que contribuiram para a contextualização territorial da pesquisa e para a compreensão das dinâmicas migratórias no município.

Quadro 3. Fontes sobre Foz do Iguaçu:

Fonte	Tipo	Uso na pesquisa
Perfil Migratório Municipal – OMI (2022)	Relatorio Oficial	Dados de residentes migrantes entre 2000 e 2022
Plataforma DataMigra (2025)	Banco de dados estatal	Dados sobre solicitações de refúgio no Brasil
SISMIGRA (2025)	Sistema nacional	Número de solicitações de refugiados em Foz do Iguaçu em 2024
Materiais da Especialização em Direitos Humanos (UNILA)	Leituras de disciplina	Subsídios teóricos sobre fronteira, diversidade e direitos humanos aplicados ao contexto de Foz do Iguaçu.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Dessa forma, a articulação entre o referencial teórico sistematizado no Quadro 1, as bases de dados e sistemas de informação apresentados no Quadro 2 e as fontes específicas sobre o contexto local de Foz do Iguaçu reunidas no Quadro 3 evidencia a coerência do percurso metodológico adotado nesta pesquisa, que integra análise bibliográfica, documental e de dados secundários. Esse conjunto de referências e fontes possibilita compreender as juventudes migrantes a partir de múltiplas dimensões conceitual, social, educacional e territorial, assegurando consistência à análise desenvolvida. No capítulo seguinte, intitulado “Jovens migrantes e processos educacionais”, aprofunda-se a discussão sobre as experiências escolares desses sujeitos, os desafios de acesso, permanência e inclusão no sistema educacional, bem como o papel das instituições educativas nos processos de acolhimento, integração e construção identitária.

3. Jovens migrantes e Processos Educacionais

Migrar é um ato inerente ao ser humano (Roldão; De Lima Ferreira; Branco, 2017). Historicamente, os indivíduos deslocam-se de um lugar para o outro, sustentando a principal teoria sobre a expansão da humanidade pela Terra.

Atualmente, o Brasil tem passado por novos fluxos migratórios, resultado da inserção do país na rota das migrações SUL-SUL (Berninger et al., 2018). Na cidade de Foz do Iguaçu, esse aumento tem sido expressivo, entre janeiro de 2000 e março de 2022, 16.954 migrantes internacionais foram registrados como residentes, muitos deles em idade escolar ou juvenil (OIM,2022). A cidade é um ponto turístico, fronteiriço e o município destaca-se pela diversidade cultural e étnica presente em seu território.

Nesse cenário, a chegada de migrantes de qualquer parte do mundo reconfigura espaços sociais, laborais e educacionais. Sendo a juventude uma população significativa nesse território, nesse aspecto, o acesso à educação pode representar um dos principais desafios enfrentados por jovens migrantes, influenciando diretamente sua integração social e desenvolvimento pessoal.

Essa população enfrenta barreiras específicas para frequentar a escola, incluindo diferenças curriculares entre os países de origem e o Brasil, dificuldades com a língua

portuguesa e situações de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo André (2016, p. 59, apud Roldão; De Lima Ferreira; Branco, 2017, p 51) salienta que “[...] há escolas que nem sempre reconhecem o direito do aluno, exigindo muitos documentos para os pais que, na maioria das vezes, não entendem o idioma local”, esquecidos de que a educação é um direito de todos, brasileiros ou estrangeiros, garantido pela Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988).

A escola, nesse contexto, não se limita a um espaço de ensino formal, mas atua como espaço protetivo de direitos, promovendo acolhimento, socialização e desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais (Santos 2019). Outros autores como Tonhati, Fusaro, Herrera e Cavalcanti (2024) destacam que a integração escolar de jovens migrantes depende de políticas públicas inclusivas e de estratégias pedagógicas que considerem as especificidades culturais, linguísticas e afetivas desses estudantes. Ainda os mesmos, destacam que as práticas pedagógicas voltadas à inclusão de jovens migrantes apontam obstáculos estruturais e iniciativas autônomas de acolhimento.

Entre os principais desafios, destacam-se a adaptação ao novo currículo escolar, o enfrentamento de preconceitos ou discriminação e a necessidade de apoio psicológico para lidar com o desafio da migração, aspectos amplamente discutidos por autores que estudam mobilidade humana e educação intercultural (Silva & Pereira, 2020). A educação formal e os programas de integração escolar tornam-se, portanto, instrumentos essenciais para que esses jovens construam identidade, cidadania e projetos de vida, fortalecendo sua autonomia e participação social em um contexto multicultural (García & Fernández, 2018).

As discussões sobre a inserção escolar de jovens migrantes costumam privilegiar aspectos institucionais, como o acesso à escola, a permanência e o rendimento acadêmico. No entanto, o cenário cultural e linguístico no qual esses jovens estão inseridos nem sempre recebe a mesma atenção, apesar de seu impacto direto nas experiências educacionais. Pesquisas sobre multilinguismo e política linguística no Brasil indicam que a escola ainda opera majoritariamente sob uma lógica monolíngue, centrada na língua portuguesa, o que acaba por invisibilizar outros repertórios linguísticos e culturais presentes no cotidiano escolar. Como aponta Berger, ao discutir a pluralidade linguística e as políticas linguístico-educacionais no país, a ausência de uma gestão efetiva do multilinguismo tende a dificultar não apenas os processos de aprendizagem, mas também o reconhecimento social e simbólico dos estudantes migrantes.

Para além das barreiras institucionais, a experiência migratória atravessa de forma

intensa a dimensão emocional dos jovens. O deslocamento internacional frequentemente implica rupturas de vínculos familiares e sociais, inseguranças relacionadas ao uso da língua, receios quanto à discriminação e dificuldades de adaptação cultural. Esses fatores podem contribuir para o surgimento de sentimentos de ansiedade, isolamento e baixa autoestima. Em cidades de fronteira como Foz do Iguaçu, marcadas pela convivência cotidiana entre diferentes línguas e culturas, torna-se ainda mais evidente que os desafios enfrentados por jovens migrantes extrapolam o âmbito escolar, envolvendo também processos subjetivos e identitários.

Nesse sentido, desconsiderar as dimensões culturais, linguísticas e emocionais da experiência migratória pode limitar o alcance das políticas educacionais voltadas a esse público. Torna-se fundamental pensar práticas escolares e políticas públicas que articulem o acolhimento emocional, o suporte linguístico e o reconhecimento das trajetórias de vida dos estudantes migrantes, compreendendo a diversidade linguística e cultural como parte constitutiva do processo educativo e não como um entrave à escolarização.

Apesar dos avanços apontados pelas pesquisas e pelas políticas educacionais no campo da migração e da educação, observa-se que a integração escolar de jovens migrantes ainda ocorre, em grande medida, a partir de iniciativas pontuais e esforços individuais de escolas e profissionais, e não como resultado de ações estruturadas e contínuas do poder público (Pasini & Tallei 2021; Berger, 2017). Em Foz do Iguaçu, território marcado pela condição fronteiriça, pela intensa circulação de pessoas e pela coexistência de múltiplas línguas e culturas, essa fragilidade torna-se ainda mais evidente. Embora existam documentos oficiais, diagnósticos institucionais e produções acadêmicas desenvolvidas no próprio município, como o Perfil Migratório Municipal (OMI, 2022), os dados da Plataforma DataMigra (Brasil, 2025) e pesquisas vinculadas à UNILA sobre fronteira, educação e direitos humanos, esses materiais permanecem pouco conhecidos e raramente incorporados de forma sistemática às políticas educacionais locais.

Estudos que analisam o sujeito fronteiriço e as políticas educativas no tríplice fronteira indicam que a ausência de políticas linguístico-educacionais consistentes contribui para a invisibilização das trajetórias migrantes no cotidiano escolar, especialmente no que se refere ao reconhecimento das línguas de origem e às experiências culturais desses jovens (Pasini & Tallei 2022; Pasini, Silva & Bonfim, 2025). Do mesmo modo, pesquisas sobre multilinguismo e política linguística no Brasil apontam que a predominância de uma lógica monolíngue nas instituições escolares limita as possibilidades de acolhimento e participação plena de estudantes migrantes (BERGER, 2017). Nesse contexto, as políticas

de acolhimento em Foz do Iguaçu apresentam-se de forma fragmentada e desarticulada, o que compromete a efetividade das práticas inclusivas mencionadas pela literatura e evidencia a distância entre o conhecimento produzido sobre o território e sua tradução em ações concretas no campo educacional.

A ausência de formação continuada voltada à interculturalidade, a insuficiência de equipes multidisciplinares nas escolas e a fragilidade na articulação entre as políticas de educação, assistência social e saúde revelam um cenário no qual a responsabilidade pela inclusão de jovens migrantes recai, em grande parte, sobre professores e gestores escolares, muitas vezes sem o suporte necessário. Mesmo diante disso, experiências desenvolvidas no próprio território indicam que outras formas de atuação são possíveis. Iniciativas como a Pedagogia de Fronteira, desenvolvida no contexto da tríplice fronteira e coordenada pela Profa. Dra. Jorgelina Tallei, têm sinalizado caminhos relevantes ao propor práticas educativas sensíveis às especificidades culturais, linguísticas e territoriais da região, reconhecendo os sujeitos migrantes a partir de suas trajetórias, saberes e experiências (Tallei, Pasini & Lobo, 2023).

No entanto, essas ações permanecem, em geral, vinculadas a projetos acadêmicos ou iniciativas pontuais, sem que se consolidem como políticas públicas estruturadas e permanentes. Tal fragilidade evidencia que, embora a escola possua um potencial significativo para atuar como espaço de proteção, acolhimento e reconhecimento, esse papel não pode depender exclusivamente do engajamento individual dos profissionais da educação. Para que a escola cumpra plenamente sua função social em contextos de migração, torna-se indispensável a construção de políticas públicas consistentes, com financiamento adequado, diretrizes intersetoriais e reconhecimento da complexidade da experiência migratória vivida por jovens em territórios de fronteira como Foz do Iguaçu.

Interessante mencionar também a contribuição da dissertação de Simone Alves Emed (2025), que embora foque seu estudo sobre a educação infantil (que não é foco de nossa pesquisa) contribui para nossa reflexão. Seu trabalho de mestrado investigou as crenças e atitudes dos profissionais atuantes em um Cmei de Foz do Iguaçu (PR) sobre o acolhimento intercultural de crianças imigrante e sugere algumas possibilidades para o campo educacional, afirmando que:

[...] caminhos possíveis a serem seguidos são o desenvolvimento de um currículo que inclua conteúdos, histórias, brincadeiras e materiais que representem diferentes culturas, estabelecer parcerias com as famílias incentivando-os a compartilhar suas tradições culturais. Apresentar contos,

histórias que apresentem personagens de diferentes culturas e tradições, isso ajuda as crianças a desenvolverem empatia, a compreenderem perspectivas diferentes e respeitarem o próximo. [...] Estratégias como: roda de conversa e o uso da contação de histórias para estimular o respeito à diversidade foram mencionados (Emed, 2025, p. 160).

A pesquisa de Emed (2025) observa que embora os docentes se encontrem dispostos a trabalhar a interculturalidade, muitas vezes eles se sentem sozinhos nesse processo.

A análise apresentada pela autora, também permite refletir sobre a realidade das escolas que atendem jovens migrantes, uma vez que várias das dificuldades identificadas no contexto da educação infantil se repetem em outras etapas da educação. Emed (2025) evidencia que a falta de preparo institucional não se limita ao trabalho pedagógico, mas envolve a ausência de diretrizes claras sobre acolhimento intercultural, o que gera insegurança entre os profissionais e práticas que dependem majoritariamente da sensibilização individual de docentes e gestores. Essa situação revela um padrão que se estende para o Ensino Fundamental e Médio, professores demonstram disposição para apoiar estudantes migrantes, mas atuam sem suporte formativo, metodológico ou emocional, o que compromete a construção de uma prática verdadeiramente inclusiva.

Portanto, Emed (2025) destaca a carência de espaços coletivos de reflexão nas escolas, nos quais seja possível discutir preconceitos, tensões culturais e estratégias didáticas que valorizem identidades diversas, elemento fundamental também para o trabalho com adolescentes e jovens em processos de adaptações ao Brasil. Ao aproximar os achados da autora do contexto da juventude migrante, torna-se importante indicar que a interculturalidade deve se constituir como um eixo estruturante das políticas educacionais do município. Assim, as contribuições da mesma reforçam a necessidade urgente de investir em formação continuada, garantir apoio institucional e projetos pedagógicos que promovam pertencimento, participação e reconhecimento das entidades culturais.

Estes dados nos permitem observar a necessidade e investimento na formação docente de modo a oportunizar o acolhimento de estudantes migrantes em Foz do Iguaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, buscou-se compreender de forma aprofundada a relação entre migração e juventude no município de Foz do Iguaçu, reconhecendo esse território como espaço de intensas trocas culturais, fluxos transfronteiriços e múltiplas identidades em constante construção. Ao concluir a pesquisa bibliográfica, retoma-se o caminho percorrido para compreender como diferentes produções científicas têm discutido a experiência juvenil migrante no contexto fronteiriço.

A investigação partiu da necessidade de distinguir os conceitos de adolescência e juventude, esclarecendo suas especificidades nas áreas da psicologia, da sociologia e das políticas públicas. Essa diferenciação foi pertinente para orientar a juventude como categoria social com dinâmicas próprias, especialmente sensível às transformações geradas pelos processos migratórios.

A etapa seguinte envolveu um levantamento sistêmico em bases como Scielo, Google Acadêmico, documentos do Sistema Brasileiro de Migração, legislação pertinentes, autores das áreas de psicologia, sociologia e educação. A partir desse conjunto de referências, foi possível mapear como o tema da juventude migrante vem sendo tratado no Brasil e, mais diretamente, como essas discussões podem ser relacionadas ao contexto, em especial da cidade de Foz do Iguaçu, cidade marcada por intensos fluxos populacionais e diferentes nacionalidades.

Os materiais analisados apontam que a experiência da juventude migrante é complexa e atravessada por desafios relativos à adaptação linguística, ao reconhecimento cultural e às trajetórias escolares interrompidas ou transformadas. No campo da educação, em especial, os estudos consultados revelam que a migração sofre tanto nos processos de aprendizado quanto nos vínculos que esses jovens estabelecem com a escola e com os seus pares. A educação, portanto, parece como um dos espaços centrais onde se explicitam tensões, negociações identitárias e necessidades específicas dessa população.

Ao reunir e comparar a produção bibliográfica disponível, emergiu uma lacuna significativa, a carência de políticas públicas voltadas à inclusão da juventude migrante no ambiente escolar. Embora existam diretrizes nacionais sobre migração e documentos que tratam da juventude brasileira, poucas referências abordam a articulação desses dois campos de maneira integrada. Os estudos encontrados mencionam iniciativas pontuais, mas não evidenciam a existência de políticas mais sistemáticas e contínuas às demandas dessa população em regiões de fronteiras como na cidade de Foz do Iguaçu.

Essa falta, identificada ao longo da revisão bibliográfica, questionamentos importantes para pesquisas futuras, pensando de que forma as políticas educacionais podem ser estruturadas para reconhecer a diversidade cultural e linguística, bem como construir, garantir acolhimento na medição das diferenças em um território marcado pela transnacionalidade.

Portanto, a pesquisa evidencia que, ainda que existam pesquisas relevantes sobre migração, educação e juventude, ainda há um campo amplo a ser explorado quando se trata da investigação entre juventude migrante e políticas educacionais mais inclusivas. Os resultados reforçam a necessidade de aprofundar estudos, consolidar dados específicos e investir na iniciativa de ações públicas que reconheçam a singularidade da juventude que vive em mobilidade. Desse modo, o trabalho não encerra o debate, mas contribui para iluminá-lo, destacando caminhos que precisam ser explorados para garantir que a população juvenil migrante seja efetivamente reconhecida e incluída nos espaços educativos de Foz do Iguaçu.

O caráter bibliográfico da pesquisa, aliado ao curto período disponível para sua execução, constitui uma limitação deste estudo, reduzindo as possibilidades de um levantamento ainda mais amplo. Mas entendemos que é justamente a identificação de limitações do estudo que abre novas possibilidades de investigação com vistas a compreender o tema com maior profundidade.

REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Óscar Dávila. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005

BARTLETT, Lesley; RODRÍGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, dez. 2015.

BERGER, Ísis Ribeiro. Pluralidade linguística e políticas linguístico-educacionais no Brasil: rumo à gestão do multilinguismo. Cadernos de Letras UFF, Niterói, v.32, n.62, p.119-142, 1 semestre de 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Plataforma Datamigra – Base de dados sobre migração no Brasil. Portal de Imigração, 2025. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/base-de-dados/datamigra>. Acessado em 14 agos.2025.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. Horizontes Antropológicos, vol. 16, n. 34, p. 49–70, 2010. Disponível em: scielo.br/j/ha/a/Ns9LnNnkmBzclFfdwQNd6Yf/?format=pdf&lang=pt. Acessado em: 20 out. 2025.

EMED, Simone Alves. Crenças e atitudes dos profissionais atuantes em um Cmei de Foz do Iguaçu (PR) sobre o acolhimento intercultural de crianças imigrantes. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

ERIKSON, Erik. Identidade: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

FRANZI, J.; ARAÚJO, U. F. ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE. Notandum, n. 46, p. 79-86, 29 dez. 2017. <https://doi.org/10.4025/notandum.46.6>

GARCÍA, Maria; FERNÁNDEZ, Carlos. Educação intercultural e construção de identidade entre jovens migrantes. Revista Ibero-Americana de Educação, v. 76, p. 45-62, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; LIMA, Norma Silvia Trindade de. Notas sobre inclusão, escola e diferença. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 19, n. 4, p. 824–832, 2017. DOI: [10.20396/etd.v19i4.8646274](https://doi.org/10.20396/etd.v19i4.8646274). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646274>. Acesso em: 21 set. 2025.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. Perfil Migratório Municipal – Foz do Iguaçu. Brasília: OIM Brasil, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/mgi-local-foz-de-iguacu-2022_pt.pdf. Acesso em: 09 ago.2025.

PASINI, Juliana Fatima Serraglio; SILVA, Fátima Tavares da; BONFIM, Cristiane de. Os desafios da inclusão linguística de estudantes migrantes nas escolas fronteiriças. **Revista PoEd- Políticas Educativas**, dossiê temático, Brasil, 2025.

PASINI, Juliana F. S.; TALLEI, Jorgelina. Políticas educativas desde uma perspectiva linguística nas escolas da tríplice fronteira. **abehache**, n. 22, 2º semestre, 2022.

PAES, Vanessa Generoso; BORGES, Lucia Rica Mourão; PEREIRA, Rosa Maritns Costa; SANTOS, Zulia Guimarães Cova dos. Imigração e educação: resistências e acolhimento no espaço intercultural das escolas. Ponta de Lança: Revista Eletronica de Historia, Memória & Cultura, São Cristovão, v;18, n.35, p.205-223, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/21034>. Acesso em: 30 set.2025.

ROLDÃO, Sandra Felicio; DE LIMA FERREIRA, Jacques; BRANCO, Veronica. Imigração no Brasil e o processo de escolarização para as crianças e adolescentes imigrantes. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, v. 10, n. 2, 2021

SANTOS, Émina Márcia Nery dos. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.45, 2019. Disponível em: scielo.br/j/ep/a/8pQkJ9rFx8cLKswHFWPVTG/?format=pdf&lang=pt Acessado em: 4 set. 2025

SILVA, Aline; PEREIRA, Rodrigo. Migração, educação intercultural e os desafios da inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 1, p. 1-18, 2020.

Tallei, J. I., Pasini, J. F. S. y Lobo, V. (2023). Pedagogía de frontera: una propuesta de inter-nacionalización desde casa. *Revista Iberoamericana de Educación*, 93(1), 83-97. <https://doi.org/10.35362/rie9315994>

TONHATI, M. A.; FUSARO, L.; HERRERA, D.; CAVALCANTI, R. Práticas pedagógicas de inclusão de migrantes e refugiados em escolas brasileiras. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 45, e023567, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FGRxtH4fRbnfqXrrHsTVcfr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2025.